MERCANTIL

Mercantil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

# Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

## Junho de 2025

## Senhoras e Senhores Acionistas:

Apresentamos as Demonstrações Financeiras da Mercantil Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, bem como as demonstrações consolidadas abrangendo a empresa controlada Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A.

## Conjuntura econômica

Na conjuntura global, o acirramento de conflitos geopolíticos e de tensões comerciais, decorrentes da elevação de tarifas alfandegárias, aumentaram as expectativas de desaceleração da economia mundial, na comparação com a expansão de 3,2% registrada em 2024. Neste cenário, persiste elevado grau de incerteza sobre o desempenho das principais economias e crescimento do PIB global em 2025.

No Brasil, indicadores recentes apontam para queda no ritmo da atividade econômica ao longo de 2025. Os maiores desafios estão relacionados à combinação das pressões inflacionárias e o atual ciclo de alta da taxa de juros Selic, que reduz o consumo das famílias, encarece o crédito e afeta desfavoravelmente o desempenho de importantes setores da economia. Somam-se a isso, recentes tensões comerciais no âmbito internacional.

Quanto ao comércio exterior, não obstante o cenário internacional desafiador, constata-se no semestre importante contribuição para a atividade econômica. A conta corrente de comércio (importações mais exportações) alcançou US$ 301,7 bilhões, ante US$ 292,3 bilhões em igual período de 2024, com superávit de US$ 30,1 bilhões, ante US$ 41,7 bilhões em igual período de 2024.

No que tange ao comportamento da inflação, o IPCA registrou variação de 2,99% no semestre e de 5,35% nos últimos doze meses findos em junho. Neste contexto, a taxa Selic que estava em 10,50% a.a. em setembro de 2024 subiu gradativamente e alcançou 15,0% a.a. em junho de 2025.

O crédito no Sistema Financeiro Nacional evoluiu 3,0% no acumulado até maio (últimos dados de mercado), ante 2,7% em igual período de 2024. O segmento de pessoas físicas cresceu 4,1% nesse período, ante 4,3% em igual período do ano anterior. As provisões para risco de crédito no Sistema Financeiro Nacional posicionaram-se em 7,2%.

## Sobre a mercantil financeira

A Mercantil Financeira S.A. é controlada pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. e realiza as suas atividades operacionais com foco no financiamento de bens de consumo duráveis e empréstimos FGTS.

A Instituição empreende suas atividades através da rede de agências do Controlador, distribuídas de forma estratégica nas principais regiões e centros econômicos do País. Complementarmente, mantém seletivas parcerias com correspondentes bancários para originação de empréstimos consignados em folha de pagamento.

O índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) é calculado em conjunto com o Controlador e posicionou-se em 17,1%, perante mínimo requerido de 10,5%, já considerado o adicional de capital principal. Informações mais detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 15.

A gestão dos riscos é centralizada no Controlador, que dispõe de adequadas estruturas para esse gerenciamento. Informações mais detalhadas podem ser obtidas na nota explicativa nº 15.

## Desempenho econômico-financeiro consolidado

- **Ativos**

O Ativo total consolidado posicionou-se em R$ 626,3 milhões. Os Ativos Financeiros alcançaram R$ 580,7 milhões), 92,7% do ativo total.

O caixa e equivalentes de caixa perfazem R$ 29,3 milhões (4,7% do ativo total) e são utilizados para o gerenciamento de compromissos de curto prazo. Estão compostos por disponibilidades de R$ 2,5 milhões e aplicações interfinanceiras de liquidez de R$ 26,8 milhões.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes somam R$ 104,8 milhões (16,7% do ativo total) e são compostos por Letras Financeiras do Tesouro Nacional R$ 99,6 milhões e Certificado de Depósitos Bancários R$ 5,2 milhões.

Os ativos financeiros ao custo amortizado posicionaram-se em R$ 482,7 milhões (77,1% do ativo total) e estão representados, basicamente, por aplicações interfinanceiras de liquidez e operações de crédito e outros créditos.

As operações de crédito e outros créditos alcançaram R$ 455,5 milhões, (72,7% do ativo total) e estão representadas por empréstimos saque FGTS de R$ 367,7 milhões; empréstimos consignado R$ 85,7 milhões; outros R$ 2,1 milhões.

A provisão para as perdas esperadas associadas ao risco de crédito posicionou-se em R$ 9,4 milhões (2,0% sobre o total da carteira de crédito). Informações mais detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 5.2.

- Passivo, Patrimônio Líquido e Resultado

O Passivo total consolidado está constituído de provisões no montante de R$ 17,7 milhões, passivos fiscais R$ 7,4 milhões e outros passivos R$ 10,7 milhões. Maiores detalhamentos estão disponíveis nas notas explicativas 10 e 11.

O Patrimônio Líquido alcançou R$ 590,4 milhões e o Lucro Líquido é de R$ 18,8 milhões.

As Receitas da Intermediação Financeira posicionaram-se em R$ 57,9 milhões. Estão representadas, basicamente, por resultado de receitas com operações de crédito R$ 47,5 milhões e de operações com títulos e valores mobiliários R$ 10,0 milhões.

As Despesas da Intermediação Financeira somam R$ 3,4 milhões (5,9% das Receitas da Intermediação Financeira). As despesas com perdas esperadas associadas ao risco de operações de crédito posicionaram-se em R$ 1,4 milhão e representam 2,4% comparadas às Receitas da Intermediação Financeira.

O Resultado Líquido (descontada a perda esperada com ativos financeiros) alcançou R$ 55,9 milhões (96,5% das Receitas da Intermediação Financeira).

As despesas de pessoal posicionaram-se em R$ 5,5 milhões e as despesas administrativas somaram R$ 11,6 milhões. Maiores detalhamentos estão disponíveis na notas explicativas 13.1 e 13.2.

No que tange às demais receitas e despesas, detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 13.

- Demonstrações Financeiras no Padrão Contábil Internacional (IFRS)

A Mercantil do Brasil Financeira não está obrigada a apresentar demonstrações financeiras consolidadas no padrão contábil IFRS, em conformidade com as normas em vigor. Informações sobre os ajustes que serão apresentados em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas em IFRS do Controlador poderão ser obtidas na Nota Explicativa nº 16.

## Controladas

A controlada, Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A., registrou lucro líquido de R$ 200,2 mil, com o Patrimônio Líquido posicionando-se em R$ 7,8 milhões.

## Relacionamento com os auditores independentes

Em atendimento ao que dispõe a Resolução CVM nº 162/2022, a Mercantil Financeira e sua controlada vêm informar que os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, realizaram exclusivamente serviços de auditoria externa.

## Considerações finais

A Mercantil Financeira S.A., nesta oportunidade, agradece aos seus acionistas, clientes e colaboradores pelo expressivo apoio e confiança, que tanto têm contribuído para o desenvolvimento da Instituição.

Belo Horizonte, agosto de 2025.

Administração

Docusign Envelope ID: 9C7A5D49-659D-4D55-BD9F-D96226C8200C

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Mercantil Financeira S.A. - Crédito,
Financiamento e Investimento

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Mercantil Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Mercantil Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Financeira e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil , e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

www.pwc.com.br

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Rua dos Inconfidentes, 911, 17º e 18º, Soinco Business Center, Belo Horizonte, MG, Brasil, 30140-128
T: +55 (11) 4004-8000

Docusign Envelope ID: 9C7A5D49-659D-4D55-BD9F-D96226C8200C

Mercantil Financeira S.A. - Crédito,
Financiamento e Investimento

## Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.




| Porque é um PAA | Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria |
|---|---|
| **Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 2.4 (b) e 5)** | |
| A partir de 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN), em substituição à Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que estabelece novos requerimentos de classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, bem como para constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito.<br><br>A mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerando os requerimentos da Resolução nº 4.966 do CMN, envolve um elevado nível de julgamento, por parte da administração, na determinação da provisão mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, | Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e testes de controles internos relevantes para a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.<br><br>Em relação à metodologia para mensuração da provisão para perdas, aplicamos determinados procedimentos de auditoria, principalmente, relacionados à análise das políticas contábeis da administração em comparação com a Resolução nº 4.966 do CMN, testes dos modelos, incluindo o seu processo de aprovação e de validação de premissas adotadas para determinação das estimativas de perdas.<br><br>Adicionalmente, realizamos testes, em base |

Docusign Envelope ID: 9C7A5D49-659D-4D55-BD9F-D96226C8200C



| Porque é um PAA | Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria |
|---|---|
| incluindo informações prospectivas e critérios para determinar aumentos e reduções do risco de crédito.<br><br>Essa é uma área que permanece como foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão. | amostral, sobre as garantias, renegociações de crédito, avaliação de risco da contraparte, atrasos e outros aspectos que possam resultar em aumento ou redução significativa de risco de crédito, bem como a alocação das operações nos seus respectivos estágios e análise das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras.<br><br>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria. |
| **Provisões para passivos relacionados a processos judiciais e administrativos (Notas 2.4 (g) e 10)**<br><br>A Financeira é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária.<br><br>Os processos podem ser encerrados após um longo tempo e envolvem, não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação e jurisprudência vigentes. A evolução de jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme.<br><br>Assim, a mensuração e definição de reconhecimento dos passivos para processos judiciais e administrativos, envolve aspectos subjetivos e julgamentos exercidos pela administração da Financeira.<br><br>Considerando o acima descrito, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria. | Nossos principais procedimentos de auditoria abrangeram a atualização do entendimento dos processos internos relevantes relacionados à identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro da provisão para passivos relacionados a processos judiciais e administrativos e as divulgações em notas explicativas, bem como testes sobre as bases de contingências.<br><br>Efetuamos testes em base amostral sobre a integridade e histórico de perdas incorridas que são base para quantificação dos processos judiciais de natureza cível e trabalhista.<br><br>Com relação aos processos individualizados, a apuração é realizada periodicamente a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda. Realizamos testes da avaliação de risco dos principais processos de acordo com a sua natureza.<br><br>Adicionalmente, realizamos procedimentos de confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte, bem como obtivemos |

Docusign Envelope ID: 9C7A5D49-659D-4D55-BD9F-D96226C8200C



| Porque é um PAA | Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria |
|---|---|
| | confirmação com os assessores jurídicos responsáveis pelos principais processos judiciais e administrativos sobre a probabilidade de perda.<br><br>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil das provisões para processos judiciais e administrativos são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria. |
| **Ambiente de Tecnologia da Informação**<br><br>O processamento das transações da Financeira, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica.<br><br>Assim, é importante a efetiva operação dos controles gerais de Tecnologia da Informação, bem como dos seus controles dependentes para assegurar o processamento correto de informações críticas para a tomada de decisões ou das operações.<br><br>Portanto, o ambiente de Tecnologia da Informação continua sendo uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria. | Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos o nosso entendimento e realizamos testes sobre os principais controles gerais de Tecnologia da Informação, controles automatizados ou dependentes de Tecnologia da Informação, bem como os controles compensatórios, quando aplicável.<br><br>Em nosso plano de trabalho, consideramos também testes relacionados à acesso lógico, aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas e à segurança de acessos a programas e banco de dados.<br><br>Como resultado desses trabalhos consideramos que os processos e controles do ambiente de Tecnologia da Informação nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras. |

## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Financeira e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a

Docusign Envelope ID: 9C7A5D49-659D-4D55-BD9F-D96226C8200C



procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Financeira. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo
estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração da Financeira é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Financeira e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Docusign Envelope ID: 9C7A5D49-659D-4D55-BD9F-D96226C8200C



Os responsáveis pela governança da Financeira e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira e sua controlada.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas

Docusign Envelope ID: 9C7A5D49-659D-4D55-BD9F-D96226C8200C



nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 5 de agosto de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Luis Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

(Em milhares de reais)

| Ativo | Nota | 30/06/25 Financeira | 30/06/25 Consolidado |
|---|---|---|---|
| **Disponibilidades** | **3** | **2.460** | **2.518** |
| **Instrumentos Financeiros** | | **572.909** | **578.172** |
| **Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes** | | **99.591** | **104.854** |
| Títulos e Valores Mobiliários | 4.1 | 99.591 | 104.854 |
| **Ao custo amortizado** | | **473.318** | **473.318** |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 5.1 | 26.806 | 26.806 |
| Operações de Crédito e Outros Créditos | 5.2 | 455.538 | 455.538 |
| (Provisão para perdas esperadas) | 5.2 | (9.363) | (9.363) |
| Outros Ativos Financeiros | | 337 | 337 |
| **Ativos Fiscais** | | **22.847** | **25.369** |
| Correntes | 6.1 | 9.798 | 12.320 |
| Diferidos | 6.2 | 13.049 | 13.049 |
| **Outros Ativos** | **7** | **18.938** | **19.155** |
| **Investimentos** | **8** | **8.732** | **959** |
| **Imobilizado de Arrendamento** | **9** | **137** | **137** |
| **Total do Ativo** | | **626.023** | **626.310** |

| Passivo e Patrimônio Líquido | Nota | 30/06/25 Financeira | 30/06/25 Consolidado |
|---|---|---|---|
| **Provisões** | **10** | **17.569** | **17.753** |
| **Passivos Fiscais** | | **7.319** | **7.380** |
| **Outros Passivos** | **11** | **10.732** | **10.740** |
| **Patrimônio Líquido** | | **590.403** | **590.437** |
| Capital Social | 12.1 | 307.464 | 307.464 |
| Reservas de Capital | 12.2 | 155.430 | 155.430 |
| Reservas de Lucros | 12.2 | 108.671 | 108.671 |
| Outros Resultados Abrangentes | | 38 | 38 |
| Lucros Acumulados | | 18.800 | 18.800 |
| Participação dos Não Controladores | | - | 34 |
| **Total do Passivo e Patrimônio Líquido** | | **626.023** | **626.310** |

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.*

(Em milhares de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro líquido por ação)

| | Nota | 30/06/2025 Financeira | 30/06/2025 Consolidado |
|---|---|---|---|
| **Receita da intemediação financeira** | | **57.622** | **57.947** |
| Operações de Crédito | 5.2.a) | 47.529 | 47.529 |
| Resultado das Aplicações Compulsórias | | 453 | 453 |
| Resultado de Títulos e Valores Mobiliários | | 9.640 | 9.965 |
| **Despesas da intermediação financeira** | | **(3.425)** | **(3.425)** |
| **Resultado líquido da intermediação financeira** | | **54.197** | **54.522** |
| **Perdas esperadas de ativos financeiros** | **5.2.d)** | **1.377** | **1.377** |
| **Resultado líquido da perda esperada de ativos financeiros** | | **55.574** | **55.899** |
| **Outras receitas (despesas) operacionais** | | **(23.404)** | **(23.614)** |
| Resultado de Participações em Controladas | 8 | 244 | 44 |
| Despesas de Pessoal | 13.1 | (5.518) | (5.519) |
| Despesas Administrativas | 13.2 | (11.533) | (11.577) |
| Despesas Tributárias | 13.3 | (2.612) | (2.614) |
| Outras Receitas Operacionais | 13.4 | 1.066 | 1.111 |
| Outras Despesas Operacionais | 13.5 | (1.684) | (1.692) |
| Reversões / (Despesas) de Provisões | 13.6 | (3.367) | (3.367) |
| **Resultado antes dos impostos** | | **32.170** | **32.285** |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social** | **6.3** | **(13.370)** | **(13.485)** |
| Provisão para Imposto de Renda | | (5.580) | (5.661) |
| Provisão para Contribuição Social | | (3.048) | (3.082) |
| Ativo Fiscal Diferido | | (4.742) | (4.742) |
| **Lucro Líquido do período** | | **18.800** | **18.800** |
| Lucro Básico e Diluído por Ação (em reais) | | | |
| Ações ordinárias | | 0,4586 | |
| Ações preferenciais | | 0,4586 | |
| **Lucro Líquido Atribuído (em reais - R$ mil)** | | | |
| Ações ordinárias | | 11.043 | |
| Ações preferenciais | | 7.757 | |
| **Número de Ações em Circulação - básico e diluído** | | | |
| Ações ordinárias | | 24.080.768 | |
| Ações preferenciais | | 16.914.403 | |

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.*

(Em milhares de reais)

| | 30/06/2025 | |
|---|---|---|
| | Financeira | Consolidado |
| **LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO** | **18.800** | **18.800** |
| **OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES** | **237** | **237** |
| **ITENS A SEREM POSTERIORMENTE RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO** | **237** | **237** |
| Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Próprios | 395 | 395 |
| Efeito Fiscal | (158) | (158) |
| **RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO** | **19.037** | **19.037** |
| Lucro Atribuível à Controladora | 19.037 | 19.037 |

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.*

(Em milhares de reais)

| | CAPITAL REALIZADO | RESERVAS DE CAPITAL | RESERVAS DE LUCROS | | OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES | LUCROS ACUMULADOS | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES | PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | LEGAL | ESTATUTÁRIAS | | | | | |
| **SALDOS EM 31/12/2024** | **307.464** | **155.430** | **17.320** | **95.512** | **(199)** | **-** | **575.527** | **34** | **575.561** |
| Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 (I) | - | - | - | - | - | (4.161) | **(4.161)** | **-** | **(4.161)** |
| Absorção da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 | - | - | - | (4.161) | - | 4.161 | **-** | **-** | **-** |
| **SALDOS EM 01/01/2025** | **307.464** | **155.430** | **17.320** | **91.351** | **(199)** | **-** | **571.366** | **34** | **571.400** |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | - | - | **-** | - | 237 | - | **237** | - | **237** |
| Lucro Líquido do Período | - | - | - | - | - | 18.800 | **18.800** | - | **18.800** |
| **SALDOS EM 30/06/2025** | **307.464** | **155.430** | **17.320** | **91.351** | **38** | **18.800** | **590.403** | **34** | **590.437** |
| **MUTAÇÕES DO PERÍODO** | **-** | **-** | **-** | **(4.161)** | **237** | **18.800** | **14.876** | **-** | **14.876** |

(I) Ajustes da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 conforme descrito nas notas 2.3.

*As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras*

(Em milhares de reais)

| | 30/06/2025 | |
|---|---|---|
| | Financeira | Consolidado |
| **FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS** | | |
| **Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social** | **32.170** | **32.285** |
| | | |
| **Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos** | **1.378** | **1.541** |
| Despesa / (Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Fiscais, Cíveis e Trabalhistas | 3.573 | 3.581 |
| Atualizações Monetárias Ativas | (589) | (634) |
| Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito | (1.377) | (1.377) |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | (244) | (44) |
| Depreciações e Amortizações | 15 | 15 |
| | | |
| **Variações em Ativos e Passivos** | **(230.576)** | **(230.690)** |
| Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários | (9.262) | (9.355) |
| Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Outros Créditos | 8.362 | 8.362 |
| Redução (Aumento) em Outros Ativos Financeiros | (70) | (70) |
| Redução (Aumento) em Ativos Fiscais | 2.732 | 2.778 |
| Redução (Aumento) em Outros Ativos | (4.764) | (4.733) |
| Aumento (Redução) em Depósitos | (225.896) | (225.896) |
| Aumento (Redução) em Provisões | 95 | 103 |
| Aumento (Redução) em Passivos Fiscais | 2.854 | 2.868 |
| Aumento (Redução) em Outras Passivos | 1.444 | 1.385 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos | (6.071) | (6.132) |
| **Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais** | **(197.028)** | **(196.864)** |
| | | |
| **FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** | | |
| | | |
| Alienação de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes | 236.512 | 236.512 |
| Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos | 113 | - |
| **Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento** | **236.625** | **236.512** |
| | | |
| **FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** | | |
| | | |
| Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos | (12.168) | (12.168) |
| **Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento** | **(12.168)** | **(12.168)** |
| | | |
| **AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA** | **27.429** | **27.480** |
| | | |
| Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período | 1.837 | 1.844 |
| Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período | 29.266 | 29.324 |
| **AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA** | **27.429** | **27.480** |

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.*

(Em milhares de reais)

| | 30/06/2025 | |
|---|---|---|
| | Financeira | Consolidado |
| **1 - RECEITAS** | **55.014** | **55.376** |
| Intermediação Financeira | 57.622 | 57.947 |
| Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito | 1.377 | 1.377 |
| Outras | (3.985) | (3.948) |
| **2 - DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA** | **(3.425)** | **(3.425)** |
| **3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS** | **(11.496)** | **(11.540)** |
| Serviços de Terceiros | (9.142) | (9.186) |
| Outros | **(2.354)** | **(2.354)** |
| Processamento de Dados | (1.628) | (1.628) |
| Serviços do Sistema Financeiro | (367) | (367) |
| Seguros | (263) | (263) |
| Outros | (96) | (96) |
| **4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)** | **40.093** | **40.411** |
| **5 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO** | **(15)** | **(15)** |
| **6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)** | **40.078** | **40.396** |
| **7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA** | **244** | **44** |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | 244 | 44 |
| **8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)** | **40.322** | **40.440** |
| **9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO** | **40.322** | **40.440** |
| Pessoal | **4.513** | **4.514** |
| Remuneração Direta | 4.458 | 4.459 |
| Benefícios | 55 | 55 |
| Impostos, Taxas e Contribuições | **16.987** | **17.104** |
| Federais | 16.896 | 17.013 |
| Estaduais | 3 | 3 |
| Municipais | 88 | 88 |
| Remuneração de Capitais de Terceiros | **22** | **22** |
| Aluguéis | 22 | 22 |
| Remuneração de Capitais Próprios | **18.800** | **18.800** |
| Lucros Retidos do Período | 18.800 | 18.800 |

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.*

## 1. Contexto Operacional

A Mercantil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (Financeira) é controlada pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. (Controlador) e realiza suas atividades operacionais atuando no segmento de crédito direto ao consumidor, crédito consignado e crédito pessoal com garantia do FGTS. A sede da Financeira está localizada na rua Min. Orozimbo Nonato, nº 215, 15º andar, bairro Vila da Serra, Nova Lima, Minas Gerais e tem como local principal de negócios o escritório situado na Avenida do Contorno, 5800 – 11º ao 15º andar, Belo Horizonte, Minas Gerais.

## 2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

### 2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2025 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76, as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – BACEN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20, as demonstrações financeiras incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. As normas preveem ainda que o Balanço Patrimonial passa a ser apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior. Para elaboração das demonstrações financeiras em R$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas estão relacionadas às provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinação de constituição de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As classificações e mensurações de Ativos e Passivos Financeiros estão aderentes ao Modelo de Negócios elaborado em conjunto com o Controlador conforme estabelece o art. 5º da Resolução nº 4.966/21.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração da Mercantil Financeira S.A. em 05/08/2025.

### 2.2. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas encerradas em 30 de junho de 2025 foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da Lei nº 6.404/76, associadas às normas e instruções do Bacen e da CVM.

Assim, foram eliminadas as participações de uma Instituição em outra, os saldos de contas e as receitas e despesas entre as mesmas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. As informações financeiras consolidadas contemplam a Financeira e a sua empresa controlada Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. (vide nota nº 8.).

## 2.3. Mudança da Política Contábil e reclassificação de informações comparativas

Em 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.966/21 que alterou os critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos financeiros. Os principais ajustes decorrentes da aplicação da norma são: (i) a Classificação das Operações de Créditos e Outros Créditos dado o que foi estabelecido pelo Modelo de Negócios; (ii) Apropriação de juros incorridos nas operações de crédito em atraso considerando expectativa de realização; (iii) Baixa dos ativos para prejuízo conforme novas disposições da norma; e (iv) Diferimento das receitas e/ou despesas de originação de Operações de Crédito, pelo prazo de respectivas operações, conforme metodologia de apuração da taxa de juros definida.

Os critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 foram aplicados prospectivamente e efeitos dos ajustes decorrentes da sua aplicação foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários. Segue demonstrado abaixo a reconciliação da Posição Patrimonial do Banco em 01/01/2025:

| Ativo | Financeira | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | Ajustes Res. 4.966 | 01/01/2025 | 31/12/2024 | Ajustes Res. 4.966 | 01/01/2025 |
| Disponibilidades | 1.837 | - | 1.837 | 1.844 | - | 1.844 |
| Instrumentos Financeiros | 786.966 | (6.935) | 780.031 | 792.136 | (6.935) | 785.201 |
| Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes | 326.604 | - | 326.604 | 331.774 | - | 331.774 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 326.604 | - | 326.604 | 331.774 | - | 331.774 |
| Ao custo amortizado | 460.362 | (6.935) | 453.427 | 460.362 | (6.935) | 453.427 |
| Operações de Crédito e Outros Créditos | 464.760 | 124 | 464.884 | 464.760 | 124 | 464.884 |
| (Provisão para perdas esperadas) | (4.665) | (7.059) | (11.724) | (4.665) | (7.059) | (11.724) |
| Outros Ativos Financeiros | 267 | - | 267 | 267 | - | 267 |
| Ativos Fiscais | 27.547 | 2.774 | 30.321 | 30.115 | 2.774 | 32.889 |
| Correntes | 12.597 | - | 12.597 | 15.165 | - | 15.165 |
| Diferidos | 14.950 | 2.774 | 17.724 | 14.950 | 2.774 | 17.724 |
| Outros Ativos | 17.214 | - | 17.214 | 17.304 | - | 17.304 |
| Investimentos | 8.488 | - | 8.488 | 915 | - | 915 |
| Total do Ativo | 842.052 | (4.161) | 837.891 | 842.314 | (4.161) | 838.153 |

| Passivo e Patrimônio Líquido | Financeira | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | Ajustes Res. 4.966 | 01/01/2025 | 31/12/2024 | Ajustes Res. 4.966 | 01/01/2025 |
| Depósitos de demais instrumentos financeiros | 225.896 | - | 225.896 | 225.896 | - | 225.896 |
| Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes | 225.896 | - | 225.896 | 225.896 | - | 225.896 |
| Provisões | 17.474 | - | 17.474 | 17.650 | - | 17.650 |
| Passivos Fiscal | 4.465 | - | 4.465 | 4.512 | - | 4.512 |
| Outros Passivos | 18.690 | - | 18.690 | 18.695 | - | 18.695 |
| Patrimônio Líquido | 575.527 | (4.161) | 571.366 | 575.561 | (4.161) | 571.400 |
| Capital Social | 307.464 | - | 307.464 | 307.464 | - | 307.464 |
| Reservas de Capital | 155.430 | - | 155.430 | 155.430 | - | 155.430 |
| Reservas de Lucros | 112.832 | (4.161) | 108.671 | 112.832 | (4.161) | 108.671 |
| Outros Resultados Abrangentes | (199) | - | (199) | (199) | - | (199) |
| Participação dos Não Controladores | - | - | - | 34 | - | 34 |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido | 842.052 | (4.161) | 837.891 | 842.314 | (4.161) | 838.153 |

Adicionalmente, a Financeira aderiu à faculdade dada às instituições financeiras, conforme o disposto no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 que dispensou as instituições financeiras da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

## 2.4. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

### a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pela Financeira para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

### b) Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros podem estar classificados em três categorias: (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) ao valor justo por meio do resultado, com base no modelo de negócios e de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.966/21.

O modelo de negócio configura a maneira pela qual a Instituição administra seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação.

Para ratificar a classificação com base no modelo de negócios, nas categorias que levam em consideração a intenção da administração em obter fluxos de caixa contratuais, é necessário a aplicação do teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros (*Solely Payments of Principal and Interest - SPPI Test)*, cujo objetivo é verificar se as disposições contratuais dos ativos e passivos financeiros constituem apenas pagamento de principal e juros, ou seja devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e respectivo risco de crédito.

#### (i) Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros adquiridos ou originados com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais que se constituem, exclusivamente, pelo pagamento de principal e juros.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Os juros são reconhecidos na demonstração do resultado como "Resultado de Títulos e Valores Mobiliários".

#### (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos adquiridos ou originados cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixas contratuais quanto pela sua venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado em "Resultado de Títulos e Valores Mobiliários" utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

#### (iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São registradas as operações não classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou aqueles que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao VJR são reconhecidas em "Resultado de Títulos e Valores Mobiliários".

A Financeira não possui nenhum ativo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

(iv) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto quando tivermos passivos financeiros designados como objeto de *hedge* (ou instrumentos de proteção), os quais são mensurados ao valor justo.

Os passivos financeiros ao valor justo são, inicialmente, mensurados pelo custo da transação e são, subsequentemente, ajustados pelo valor justo. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos *pro rata die*.

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e demonstradas como redutoras no passivo correspondente.

(v) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, que aprova e torna obrigatório o pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- Nível 1: são obtidos por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidos por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- Nível 3: são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

(vi) Provisão para perdas esperadas (*Impairment)*

- Ativos mensurados ao custo amortizado

A Financeira avalia, em cada data do balanço, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está com perda do valor recuperável (*impairment*). Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros sofrerá *impairment* quando o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

No caso de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, o valor da provisão para perda apurada com base na avaliação do aumento no risco de crédito que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro é apresentado como uma redução do saldo do ativo.

A Financeira possui políticas, métodos e procedimentos para cobrir seu risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contraparte.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida e compromissos, na identificação de sua não recuperação e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

A Financeira mensura os ativos financeiros ao custo amortizado que atendam aos critérios de gestão do modelo de negócios e às características dos fluxos de caixa contratuais, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/21. Para esses ativos, são reconhecidas provisões para perdas esperadas, refletindo a evolução do risco de crédito ao longo do tempo.

A avaliação do risco de crédito é realizada mensalmente para determinar se houve um aumento significativo do risco desde o reconhecimento inicial do ativo. A metodologia de provisionamento segue a abordagem de estágios da Resolução CMN nº 4.966/21, que classifica os ativos financeiros em três categorias com base no risco de crédito:

- Estágio 1 – Ativos Realizáveis: Aplicação de provisão para perda com base na expectativa de perda de crédito para os próximos 12 meses, para ativos que não apresentem aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.
- Estágio 2 – Ativos de Realização Duvidosa: Aplicação de provisão considerando a perda esperada ao longo da vida do ativo, para aqueles que tenham sofrido aumento significativo do risco de crédito.
- Estágio 3 – Ativos Não Realizáveis: É caracterizado pelo atraso superior a 90 dias e/ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Nesse estágio, é vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

A reclassificação entre os estágios ocorre conforme a evolução do risco de crédito do ativo, salvo em casos de ativos financeiros adquiridos ou originados já com evidência de perda de crédito, os quais permanecem no Estágio 3 até sua liquidação ou baixa.

### Metodologia de Provisionamento

A Financeira adota políticas e procedimentos específicos para gerenciar e mitigar o risco de crédito associado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A estrutura de provisionamento é composta por dois grupos principais, com critérios distintos, de apuração da provisão:

- Créditos avaliados individualmente: Engloba operações em que a provisão é determinada com base em critérios específicos de cada produto e em gatilhos de *impairment* previamente definidos.
- Créditos avaliados coletivamente: Abrange operações sujeitas a modelagem estatística para estimativa da perda esperada, com base em padrões históricos de inadimplência. Para esses créditos, são aplicados percentuais de perda conforme a segmentação da carteira e os diferentes Estágios de risco de crédito.

Os parâmetros de perda são calculados utilizando séries históricas, resultando na definição de uma taxa mediana de perda esperada. Essa análise é revisada anualmente com base nas informações mais recentes disponíveis e embutindo visões prospectivas.

Adicionalmente em atendimento à Resolução BCB nº 352/23, o nível de provisão das operações de crédito deve corresponder ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos na tabela contemplada nos Anexos I, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas por esta Resolução, sobre o valor contábil bruto do ativo.

### Critérios de Classificação e Avaliação

A carteira de crédito é segmentada para permitir uma avaliação granular do risco e a adequada mensuração da provisão para perdas. Essa segmentação leva em consideração fatores como: Região geográfica; Tipo de produto; Prazo contratual remanescente; Perfil do cliente ou beneficiário; Idade; Gênero; etc.

Para aprimorar a precisão da provisão, são realizados estudos periódicos sobre recuperação de crédito, bem

como estudos sobre a redução do risco de crédito com base na quantidade de parcelas pagas após a regularização da operação, processo conhecido como "Cura".

**Reconhecimento da Receita de Juros**

A receita de juros sobre ativos classificados nos Estágios 1 e 2 é reconhecida proporcionalmente ao prazo decorrido, uma vez que ainda há expectativa de realização dos fluxos de caixa.

No Estágio 3, estão registradas as operações com perspectiva de problema de recuperação de crédito (Ativos Problemáticos); neste caso, o reconhecimento da receita de juros é interrompido. Nos casos em que a operação deixar de ser classificada como um ativo com problema de recuperação de crédito, levando em conta os critérios de Cura, o reconhecimento poderá ser retomado, de forma prospectiva, seguindo o método de juros efetivos.

Com base na análise da carteira de empréstimos e recebíveis, considera-se que operações com atraso inferior a 90 dias e sem outros sinais de deterioração do crédito permanecem classificadas como realizáveis.

Essa abordagem assegura que a provisão para perda seja adequada à realidade do risco da carteira e esteja em conformidade com os princípios contábeis e regulatórios aplicáveis.

- **Ativos classificados como Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes**

A Financeira avalia no final de cada período se há aumento no risco de crédito de um ativo financeiro ou de um grupo de ativos financeiros.

Para ativos financeiros, a perda de crédito é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que se espera receber.

A provisão para perdas de ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes será reconhecida no resultado, à rubrica Outras Despesas Operacionais.

## c) Impostos e Contribuições

- **Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS**

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

- **Impostos sobre renda corrente e diferido**

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15% em conformidade com a Lei n° 14.183/21.

Os Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/20 e Resolução BCB nº 15/20 e regulamentação complementar e são apresentados, integralmente, no ativo não circulante, com base na Resolução BCB nº 2/20.

## d) Investimentos

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

### e) Imobilizado de Arrendamento

Em 1º de janeiro de 2025, entrou em vigor a Resolução nº 4.975/21, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras.

A Financeira é arrendatária, principalmente, de bens imóveis. Estão reconhecidos à valor presente nas Demonstrações Financeiras da Financeira como "Bens de direito de uso" em contrapartida às "Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos" que correspondem ao saldo a pagar dos arrendamentos registrados a valor presente. Os bens de direito de uso são depreciados com base na vida útil do ativo. A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica Outras Despesas Operacionais, no Resultado.

### f) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em conformidade com a Resolução CVM nº 90/22 e Resolução CMN nº 4.924/21 que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 R1 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment)* no resultado do período.

### g) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Resolução CVM nº 72/22, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- Ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- Passivos contingentes – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- Provisões – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.
- Obrigações legais – provisão para riscos fiscais - referem-se às obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

### h) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no período (vide nota nº 12.4.).

A Financeira não possui instrumentos com potencial de diluição em 30 de junho de 2025 e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

### i) Benefícios a empregados

A Financeira dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/21. O montante da remuneração global é aprovado anualmente na Assembleia Geral Ordinária. O direito à Remuneração Variável

está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

### j) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, provisionados e pagos aos acionistas, e os recebidos ou a receber das controladas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e são apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.872/20 da seguinte forma: (i) Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, conforme o caso, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados; e (ii) Os juros sobre o capital próprio a receber das controladas são reconhecidos no ativo, quando a instituição obtiver o direito a recebê-lo, mensurado conforme valor declarado pela entidade investida, em contrapartida ao respectivo investimento.

### k) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 02/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados ou são relacionados com as atividades típicas da Financeira, mas não estão previstas a ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

### l) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados, tais como

- Provisão para Perdas Esperadas *(Impairment)*: a Financeira avalia, em cada data do balanço, se houve um aumento no risco de crédito de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e qual a perda esperada atribuída a estes ativos. Para determinar a mensuração da perda de crédito esperada, a Financeira exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um aumento no risco de crédito.
- Valor justo dos Ativos e Passivos Financeiros: a mensuração do valor se baseia em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis. O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possui informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.
- Ativos e Passivos Contingentes: As contingências da Financeira são registradas, de acordo com estudos técnicos realizados por consultores jurídicos externos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de êxito; e estudos internos cuja modelagem aplicada resulta numa melhor avaliação de contingências massificadas; e
- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados e são avaliados com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis.

## 3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Os ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa, para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, são como segue:

| Descrição | Jun / 2025 | |
|---|---|---|
| | Financeira | Consolidado |
| Disponibilidades | 2.460 | 2.518 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 26.806 | 26.806 |
| **Total** | **29.266** | **29.324** |

## 4. Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

### 4.1. Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários

| Financeira | Jun / 2025 | | |
|---|---|---|---|
| | Custo atualizado | Marcação a Mercado | Valor justo / Contábil |
| Letras Financeiras do Tesouro | 99.529 | 62 | 99.591 |
| **Total Contábil** | **99.529** | **62** | **99.591** |

| Consolidado | Jun / 2025 | | |
|---|---|---|---|
| | Custo atualizado | Marcação a Mercado | Valor justo / Contábil |
| Letras Financeiras do Tesouro | 99.529 | 62 | 99.591 |
| Certificado de Depósitos Bancários | 5.263 | - | 5.263 |
| **Total Contábil** | **104.792** | **62** | **104.854** |

Em 30 de junho de 2025, não havia saldo de provisão para os Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

b) Títulos e Valores Mobiliários por vencimento

| Prazo | Jun / 2025 | |
|---|---|---|
| | Financeira | Consolidado |
| Até 1 ano | - | 3.673 |
| De 1 a 2 anos | - | 61 |
| De 2 a 3 anos | - | 1.529 |
| Acima de 5 anos | 99.591 | 99.591 |
| **Total** | **99.591** | **104.854** |

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

A principal metodologia de valoração dos títulos utilizada é a multiplicação da quantidade de ativos em estoque pelos preços de mercado divulgados pelos sistemas de informação de mercado (ANBIMA, B3 ou demais feeders). Caso não seja possível capturar os preços de mercado, em decorrência de baixa liquidez dos ativos ou em função dos mesmos não possuírem registros de transações, serão estabelecidos preços teóricos através de metodologias reconhecidamente utilizadas no mercado financeiro nacional.

Adicionalmente, os títulos e valores mobiliários têm seu valor justo calculado utilizando metodologia específica de apuração da perda esperada, independente do processo de precificação à mercado, conforme definido na política institucional.

## 5. Instrumentos Financeiros ao Custo Amortizado

### 5.1. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

A composição das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, no individual e consolidado, é como segue:

| Aplicações no mercado aberto – Posição Bancada | Jun / 2025 |
|---|---|
| Letras do Tesouro Nacional | 26.806 |
| **Total – Circulante** | **26.806** |

O resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram, no individual e consolidado, R$ 988.

## 5.2. Operações de Crédito e Outros Créditos

### a) Composição das Operações de Crédito por produtos

A Composição das Operações de Crédito por produtos na Financeira e Consolidado é como segue:

| Composição Carteira de Crédito | Jun / 2025 |
|---|---|
| Empréstimo Saque FGTS | 367.700 |
| Empréstimo Consignado | 85.680 |
| Outros Empréstimos e Financiamentos | 2.158 |
| **Total** | **455.538** |

As receitas das operações de crédito e outros créditos totalizaram, no individual e consolidado, R$ 47.529.

### b) Composição da carteira por prazo de vencimento

A Composição das Operações de Crédito por prazo de vencimento, no individual e Consolidado, é como segue:

| Descrição | Jun / 25 |
|---|---|
| **Curso Normal** | **444.527** |
| Até 1 ano | 172.747 |
| De 1 ano até 5 anos | 248.773 |
| Acima de 5 anos | 23.007 |
| **Curso Anormal** | **11.011** |
| **Parcelas vincendas** | **9.164** |
| Até 1 ano | 3.179 |
| De 1 ano até 5 anos | 5.926 |
| Acima de 5 anos | 59 |
| **Parcelas vencidas** | **1.847** |
| Até 1 ano | 1.847 |
| **Total** | **455.538** |

### c) Composição da carteira por estágios, no individual e consolidado

| Descrição | Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 01/01/2025** | **451.870** | **1.881** | **11.133** | **464.884** |
| Constituição / Liquidação | (6.981) | (263) | (92) | (7.336) |
| Transferência para Estágio 1 | 44 | (41) | (3) | - |
| Transferência para Estágio 2 | (643) | 1.369 | (726) | - |
| Transferência para Estágio 3 | (670) | (208) | 878 | - |
| Baixa para prejuízo | - | - | (2.010) | (2.010) |
| **Saldo em 30/06/2025** | **443.620** | **2.738** | **9.180** | **455.538** |

### d) Movimentação das Perdas esperadas por estágios, no individual e consolidado

| Descrição | Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 01/01/2025** | **2.583** | **747** | **8.394** | **11.724** |
| Constituição / Liquidação | 24 | (54) | (321) | (351) |
| Transferência para Estágio 1 | 2 | (2) | - | - |
| Transferência para Estágio 2 | (274) | 616 | (342) | - |
| Transferência para Estágio 3 | (510) | (140) | 650 | - |
| Baixa para prejuízo | - | - | (2.010) | (2.010) |
| **Saldo em 30/06/2025** | **1.825** | **1.167** | **6.371** | **9.363** |

As Perdas esperadas de ativos financeiros está apresentada pelo conceito de perda ampliada que inclui a Recuperação de créditos baixados para prejuízo e Descontos concedidos que somados montam R$ 1.026 no individual e consolidado.

## 6. Ativos Fiscais

### 6.1. Correntes - Impostos a compensar

| Descrição | Jun / 2025 | |
|---|---|---|
| | Financeira | Consolidado |
| Imposto de renda e contribuição social [I] | - | 1.137 |
| IRPJ/CSLL - repetição indébito [II] | 9.748 | 9.749 |
| Imposto e contribuições retidos na fonte | 50 | 99 |
| Imposto de renda e contribuição social – IPC/90 | - | 1.335 |
| **Total - Circulante** | **9.798** | **12.320** |
| Circulante | 6.290 | 6.326 |
| Não circulante | 3.508 | 5.994 |

[I] Imposto de renda e contribuição social referem-se a saldos credores de exercícios anteriores.
[II] A Financeira é titular de valores a compensar sob amparo de ação judicial transitado em julgado que foi objeto de Decisão em julgamento de mérito no Tema 962 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em setembro de 2021 e parecer (SEI 11469/2022) da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a exclusão dos juros da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

### 6.2. Diferidos – Créditos Tributários

a) Movimentação dos créditos tributários, no individual e consolidado

| Financeira | 01/01/2025 | Constituição | Realização | 30/06/2025 |
|---|---|---|---|---|
| Diferenças temporárias | **11.937** | **170** | **(1.056)** | **11.051** |
| Provisão para perda esperada | **8.027** | 4 | (728) | **7.303** |
| Contingências | **3.633** | 165 | (191) | **3.607** |
| MTM | **133** | - | (133) | **-** |
| Outros | **144** | 1 | (4) | **141** |
| Prejuízo Fiscal / Base Negativa | **5.787** | - | (3.789) | **1.998** |
| **Total – Não circulante** | **17.724** | **170** | **(4.845)** | **13.049** |

b) Realização dos créditos tributários

O quadro abaixo demonstra, para os créditos tributários ativos, no individual e consolidado, os valores previstos de realização comparativamente com o valor presente do crédito, calculado com base nas taxas de captação para os anos correspondentes:

| Exercícios | Diferenças Temporárias | Prejuízo Fiscal / Base Negativa | Jun / 2025 |
|---|---|---|---|
| 2025 | - | 1.998 | **1.998** |
| 2026 | 2.553 | - | **2.553** |
| 2027 | 2.412 | - | **2.412** |
| 2028 | 1.043 | - | **1.043** |
| 2029 | 2.086 | - | **2.086** |
| 2030 a 2032 | 2.957 | - | **2.957** |
| **Total** | **11.051** | **1.998** | **13.049** |
| **Valor presente** | **3.199** | **1.638** | **4.837** |

## 6.3. Imposto de Renda e Contribuição Social

| Descrição | Jun / 2025 | |
|---|---|---|
| | Financeira | Consolidado |
| **Resultado antes dos impostos** | **32.170** | **32.285** |
| Imposto de Renda e Contribuição Social – Alíquota 40% | (12.868) | (12.914) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 98 | 18 |
| Ajustes no cálculo dos tributos | (600) | (589) |
| **Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social** | **(13.370)** | **(13.485)** |

## 7. Outros Ativos

| Descrição | Jun / 2025 | |
|---|---|---|
| | Financeira | Consolidado |
| Devedores por Depósitos em Garantia (nota nº 10. b) | 15.266 | 15.477 |
| Devedores Diversos – País | 1.029 | 1.029 |
| Despesas antecipadas [I] | 1.101 | 1.107 |
| Valores a receber | 36 | 36 |
| Outros | 1.506 | 1.506 |
| **Total** | **18.938** | **19.155** |
| Circulante | 2.714 | 2.720 |
| Não circulante | 16.224 | 16.435 |

[I] Referem-se, basicamente, ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

## 8. Investimentos

| Descrição | MACS[1] | DOMO[2] | Jun / 2025 |
|---|---|---|---|
| Capital social subscrito e integralizado | 4.853 | 11.500 | - |
| Quantidade de ações integralizadas | 53.924.604 | 1.150.000 | - |
| Patrimônio líquido ajustado | 7.807 | 9.590 | **17.397** |
| Resultado societário do período | 200 | 443 | **643** |
| Participação no capital integralizado | 99,56% | 10,00% | - |
| Resultado da equivalência patrimonial | 200 | 44 | **244** |
| **Valor dos investimentos** | **7.773** | **959** | **8.732** |

[1] Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. – Empresa controlada na qual a Financeira tem o controle direto, assegurando-lhe, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais, em conformidade com o artigo 243, §2º, da Lei 6.404/76.

[2] Domo Digital Tecnologia S.A. – Empresa na qual a Financeira detém 10% do capital social sem controlá-la, que faz parte do mesmo grupo Mercantil, em conformidade com o artigo 248 da Lei 6.404/76.

## 9. Imobilizado de arrendamento

a) Composição do Imobilizado de arrendamento

| Descrição | Custo | Depreciação [I] | Jun / 2025 |
|---|---|---|---|
| Bens de direito de uso | 152 | (15) | **137** |

[I] A depreciação é calculada com base na vida útil dos ativos que corresponde ao prazo de cada contrato de aluguel pactuado que variam de 60 a 300 meses.

b) Movimentação do imobilizado de arrendamento

| Bens de direito de uso | |
|---|---|
| **Saldo em 01/01/2025** | **-** |
| (+) Adições | 152 |
| (-) Depreciação no período | (15) |
| **Saldo em 30/06/2025** | **137** |

Os Bens de direito de uso referem-se a contratos de arrendamento de imóveis para utilização operacional. Não há contratos de subarrendamento fora do Grupo Mercantil.

## 10. Provisões e Passivos Contingentes

A Administração acompanha regularmente o andamento das Provisões, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que a Financiera venha obter favorável êxito judicial.

No reconhecimento das provisões são observados os seguintes critérios:

- Trabalhistas: são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos. Nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica.
- Cíveis: são registradas com base em estudos internos cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Adicionalmente, as provisões decorrentes de processos cíveis são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.
- Fiscais: a Financeira possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

Os percentuais de perda são apurados com base nos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas

a) Composição das Provisões

| Descrição | Jun / 2025 | |
|---|---|---|
| | Financeira | Consolidado |
| Provisões para riscos fiscais[(I)] | 10.726 | 10.910 |
| Provisão para processos trabalhistas | 215 | 215 |
| Provisão para processos cíveis | 6.628 | 6.628 |
| **Total – Não circulante** | **17.569** | **17.753** |

[(I)] Refere-se aos questionamentos judiciais decorrentes dos seguintes processos:
- CSLL: majoração da alíquota instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nºs 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.
- PIS: Majoração da base de cálculo, instituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.

b) Movimentação das Provisões

| Financeira | Riscos fiscais | Cíveis | Trabalhistas | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 01/01/2025** | **10.565** | **6.694** | **215** | **17.474** |
| Constituição / (Reversão) – vide nota nº 13.5. | - | 3.327 | 40 | **3.367** |
| Atualização Monetária | 121 | 85 | - | **206** |
| Atualização Depósitos / (Liquidações) | 40 | (3.478) | (40) | **(3.478)** |
| **Saldos em 30/06/2025** | **10.726** | **6.628** | **215** | **17.569** |
| **Depósitos judiciais** – vide nota nº 7. | **11.798** | **3.004** | **464** | **15.266** |

| Consolidado | Riscos fiscais | Cíveis | Trabalhistas | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 01/01/2025** | **10.741** | **6.694** | **215** | **17.650** |
| Constituição/ (Reversão) – vide nota nº 13.5. | - | 3.327 | 40 | **3.367** |
| Atualização Monetária | 129 | 85 | - | **214** |
| Atualização Depósitos / (Liquidações) | 40 | (3.478) | (40) | **(3.478)** |
| **Saldos em 30/06/2025** | **10.910** | **6.628** | **215** | **17.753** |
| **Depósitos judiciais** – vide nota nº 7. | **11.981** | **3.004** | **492** | **15.477** |

c) Passivos contingentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 72/22 e Resolução CMN nº 3.823/09, as ações envolvendo riscos de perda classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, mas são divulgadas em notas explicativas. As principais ações judiciais da Financeira, classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, são de natureza tributária no montante de R$ 237.

## 11. Outros Passivos

| Descrição | Jun /2025 | |
|---|---|---|
| | Financeira | Consolidado |
| Credores Diversos – País | 6.307 | 6.307 |
| Sociais e Estatutárias | 3.408 | 3.408 |
| Provisão para Pagamentos a Efetuar | 333 | 333 |
| Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados | 75 | 75 |
| Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos | 130 | 130 |
| Outros | 479 | 487 |
| **Total - Circulante** | **10.732** | **10.740** |

## 12. Patrimônio Líquido

### 12.1. Capital social

O Capital social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, da seguinte forma:

| Descrição | Jun / 2025 | |
|---|---|---|
| | Quantidade | R$ mil |
| Ações ordinárias | 24.080.768 | 180.606 |
| Ações preferenciais | 16.914.403 | 126.858 |
| **Total do capital subscrito e integralizado** | **40.995.171** | **307.464** |

### 12.2. Reservas de capital e de lucros

a) Reserva de capital: São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva legal: Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

Conforme disposição estatutária no semestre não houve destinação dos resultados.

## 12.3. Juros sobre Capital Próprio / Dividendos

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social.

É assegurado aos titulares das ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária ou o direito ao recebimento de dividendos mínimos anuais não cumulativos de 6% sobre o valor nominal da ação, sendo efetivamente pago o dividendo que, dentre essas duas alternativas, represente o de maior valor.

Conforme definição estatutária é destinado até 70% do lucro líquido, após a distribuição de dividendos e constituição da reserva legal, para reservas estatutárias para aumento de capital, limitada a 80% do capital social. O saldo remanescente é direcionado para reservas estatutárias de dividendos futuros.

No período não foram declarados Juros sobre o Capital Próprio ou Dividendos.

## 12.4. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o período, excluindo as ações adquiridas pela Financeira e mantidas em tesouraria.

| Descrição | Ordinárias | Preferenciais | Jun / 2025 |
|---|---|---|---|
| Número médio e final de ações | 24.080.768 | 16.914.403 | **40.995.171** |
| Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária | 24.080.768 | 16.914.403 | **40.995.171** |
| Lucro líquido atribuível | 11.043 | 7.757 | **18.800** |
| Lucro básico por ação | 0,4586 | 0,4586 | **0,4586** |

## 13. Outras Receitas/ (Despesas) Operacionais

### 13.1. Despesas de pessoal

| Descrição | Jun / 2025 | |
|---|---|---|
| | Financeira | Consolidado |
| Remuneração dos administradores | 4.458 | 4.459 |
| Encargos sociais | 1.005 | 1.005 |
| Benefícios e treinamentos | 55 | 55 |
| **Total** | **5.518** | **5.519** |

### 13.2. Despesas administrativas

| Descrição | Jun / 2025 | |
|---|---|---|
| | Financeira | Consolidado |
| Comissão e custo de preparação e digitação de proposta de negócios | 5.417 | 5.417 |
| Serviços prestados – ligadas | 2.456 | 2.494 |
| Processamento de dados | 1.628 | 1.628 |
| Serviços de terceiros | 878 | 878 |
| Serviços do sistema financeiro | 367 | 367 |
| Serviços técnicos especializados | 391 | 397 |
| Seguros | 263 | 263 |
| Aluguéis | 22 | 22 |
| Amortização e depreciação | 15 | 15 |
| Outras | 96 | 96 |
| **Total** | **11.533** | **11.577** |

### 13.3. Despesas tributárias

| Descrição | Jun / 2025 | |
|---|---|---|
| | Financeira | Consolidado |
| COFINS | 2.166 | 2.166 |
| ISSQN | 352 | 352 |
| PIS | 88 | 88 |
| Outros tributos | 6 | 8 |
| **Total** | **2.612** | **2.614** |

### 13.4. Outras receitas operacionais

| Descrição | Jun / 2025 | |
|---|---|---|
| | Financeira | Consolidado |
| Variações monetárias ativas | 589 | 634 |
| Recuperação de encargos e despesas | 235 | 235 |
| Ressarcimento custos de portabilidade | 107 | 107 |
| Outras receitas | 135 | 135 |
| **Total** | **1.066** | **1.111** |

### 13.5. Outras despesas operacionais

| Descrição | Jun / 2025 | |
|---|---|---|
| | Financeira | Consolidado |
| Despesas de caráter eventual [(I)] | 1.446 | 1.446 |
| Variação monetária passiva | 206 | 214 |
| Outras despesas | 32 | 32 |
| **Total** | **1.684** | **1.692** |

[(I)] Referem-se, basicamente, a cancelamento de operações de créditos e baixas judiciais.

### 13.6. Reversões / (Despesas) de Provisões, no individual e consolidado

| Descrição | Jun / 2025 |
|---|---|
| Provisões cíveis | 3.327 |
| Provisões trabalhistas | 40 |
| **Total** | **3.367** |

### 13.7. Resultados não recorrentes

Em 30 de junho de 2025 não houve resultados não recorrentes relevantes de que trata a Resolução BCB nº 2/20.

## 14. Transações com Partes Relacionadas

### 14.1. Transações entre partes relacionadas

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, e são como segue:

| Jun / 2025 | |
|---|---|
| **Ativos** | **29.685** |
| Disponibilidades (Banco Mercantil) | 2.460 |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Banco Mercantil) | 26.806 |
| Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Banco Mercantil) | 419 |
| **(Passivos)** | **(482)** |
| Outras Obrigações (Banco Mercantil) | (482) |

| Contas de Resultado | Jun / 2025 |
|---|---|
| Receitas / (Despesas) da Intermediação Financeira (Banco Mercantil) | (2.315) |
| Outras Despesas Administrativas (Banco Mercantil) - vide nota nº 13.2. | (2.456) |

## 14.2. Remuneração dos administradores e benefícios pós-emprego

A Financeira dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/24.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Mercantil Financeira S.A., conforme previsto no Estatuto Social.

O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 30/04/2025, que estabeleceu o limite para o exercício social em R$ 9.880.

A remuneração dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria e participações nos lucros (vide nota nº 13.1.).

Não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações, nos termos da Resolução CMN nº 3.989/11, para os administradores.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

## 14.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

## 15. Gerenciamento dos Riscos e Gestão do Capital

Na Financeira, o gerenciamento dos riscos e gestão do capital e o cálculo dos limites operacionais são realizados em conjunto com seu controlador, Banco Mercantil.

**- Gerenciamento de Capital**

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos.

São utilizados mecanismos e procedimentos que compõem a Política Institucional de Gerenciamento de Capital com o objetivo de manter o Capital compatível com os riscos incorridos pelas Instituições de forma integrada às estratégias e aos negócios de cada Instituição do Conglomerado Prudencial. Informações mais detalhadas sobre Política de Gerenciamento de Capital estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Limites Operacionais

Dentro das atividades de gerenciamento contínuo do capital o Controlador, na forma da regulamentação em vigor, apura os índices de risco consolidado, que abrange todas as instituições financeiras do conglomerado prudencial.

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 30 de junho de 2025, o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) em 17,1%, perante um mínimo requerido de 8,00%, acrescido do adicional de capital principal de 2,5%. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% e Capital Principal de 4,5%, nos termos da Resolução CMN nº 4.958/21.

- Razão de Alavancagem

Na Financeira, a Razão de Alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial é calculada de forma consolidada pelo Controlador. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental

Na Financeira, a gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental é centralizada em seu Controlador. É realizada de forma contínua e apoiada em políticas e estratégias adequadamente documentadas e em uma equipe técnica capacitada e em constante aperfeiçoamento, além de utilizar modelos internos que aplicam técnicas de gestão atuais tecnológicas de última geração.

Assim, em conformidade com as normas que regulamentam a matéria, a Mercantil Financeira S.A. dispõe de Políticas aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

Informações mais detalhadas sobre Gestão de Riscos, Patrimônio de Referência Exigido e Patrimônio de Referência, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, e demais informações sobre o Conglomerado Financeiro estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros Consolidados:

| Ativos Financeiros | Valor contábil | Valor justo | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Nível 1 | Nível 2 | Total |
| **Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes** | **99.591** | **99.591** | **5.263** | **104.854** |
| Títulos e Valores mobiliários | 99.591 | 99.591 | 5.263 | 104.854 |
| **Ao custo amortizado** | **473.318** | **26.806** | **422.852** | **449.658** |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 26.806 | 26.806 | - | 26.806 |
| Operações de Crédito e Outros Créditos | 446.175 | - | 422.515 | 422.515 |
| Outros ativos financeiros | 337 | - | 337 | 337 |
| **Total em 30/06/2025** | **572.909** | **126.397** | **428.115** | **554.512** |

## 16. Outras Informações

A Resolução CMN nº 4.818/20 estabelece que as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, devem elaborar demonstrações financeiras semestrais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira

credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation). De acordo com a norma, todas as instituições estão obrigadas a adotar o IFRS na elaboração de todas as suas demonstrações financeiras consolidadas, inclusive aquelas impostas por disposição legal ou regulamentar, independentemente de sua periodicidade, anual ou intermediária.

Neste contexto, a Mercantil Financeira S.A. apresenta suas Demonstrações Financeiras no padrão contábil internacional em conjunto com o Controlador, razão pela qual os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas em IFRS não foram apresentados levando-se em consideração que não são aplicáveis.

Assim, o Controlador divulga suas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS referentes a 30 de junho de 2025 simultaneamente às demonstrações financeiras em BRGAAP no *site* (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI), na Central de Balanços do Banco Central do Brasil e na CVM, conforme permitido pelo disposto no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21.

Outras informações poderão ser obtidas no *site* (www.bancomercantil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

MERCANTIL FINANCEIRA S.A.
Crédito, Financiamento e Investimento

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Renato Augusto de Araujo – Presidente
Paulo Henrique Brant de Araujo – Vice-Presidente
José Ribeiro Vianna Neto – Secretário

Ângela Cristina Romariz Barbosa Leite
Márcio Lopes Costa

**DIRETORIA**

**DIRETOR-PRESIDENTE**
Gustavo Henrique Diniz de Araújo

**DIRETOR VICE-PRESIDENTE**
Marco Antônio Andrade de Araújo

**DIRETORES EXECUTIVOS**
Luiz Carlos de Araújo
Luiz Henrique Andrade de Araújo

**DIRETOR**
Anderson Adeilson de Oliveira

**CONSELHO FISCAL**

Euler Luiz de Oliveira Penido
Leowigildo Leal da Paixão Araújo
Milton de Castro Silva Junior

**CONTADOR**

Anderson Guedes Inocêncio
CRC – MG 077029/O-7

Em cumprimento ao disposto no art. 27, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Mercantil Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Financeira"), declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Financeira, relativas ao período findo em 30 de junho de 2025, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., resultante do procedimento de auditoria realizado nas referidas demonstrações.

Belo Horizonte/MG, 05 de agosto de 2025.

Diretor-Presidente
Gustavo Henrique Diniz de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Marco Antônio Andrade de Araújo

Diretor Executivo e de Relações com Investidores
Luiz Carlos de Araújo

Diretor Executivo
Luiz Henrique Andrade de Araújo

Diretor
Anderson Adeilson de Oliveira

Às 15h30min (quinze horas e trinta minutos) do dia 4 de agosto de 2025, os membros do Conselho Fiscal da Mercantil do Brasil Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Companhia"), reuniram-se presencialmente na Avenida do Contorno, nº 5.800, 14º andar, Edifício *Statement*, bairro Savassi, em Belo Horizonte, Minas Gerais, e em cumprimento às disposições legais e estatutárias e de acordo com o previsto no art. 163, inciso VI, da Lei nº 6.404/76, examinaram, sem quaisquer ressalvas, as informações semestrais, individuais e consolidadas da Companhia, contidas nas Demonstrações Financeiras em BACEN-GAAP, referentes ao 1º semestre de 2025, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório da Administração, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/19 e nº 4.966/21; bem como o "Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras – 1S2025" emitido sem ressalvas pelos auditores independentes - *PricewaterhouseCoopers* ("PWC"). Ainda, foi examinado o Estudo Técnico de Expectativa de Geração de Lucros Tributáveis Futuros que tem como objetivo demonstrar a realização dos Créditos Tributários, trazidos a valor presente, em conformidade com a Resolução CMN N° 4.842/2020.

Com base nas análises efetuadas e nos esclarecimentos sobre os controles internos prestados pela administração e à vista do relatório sobre as informações semestrais dos auditores independentes - *PricewaterhouseCoopers* ("PWC"), emitido sem ressalvas, e do Estudo Técnico de Expectativa de Geração de Lucros Tributáveis Futuros, os conselheiros fiscais da Companhia, **opinaram**, por unanimidade, que as Demonstrações Financeiras referentes ao 1º semestre de 2025, Notas Explicativas e Relatório da Administração, estão em condições de serem divulgadas e, posteriormente, submetidas à aprovação da assembleia geral ordinária dos acionistas.

Belo Horizonte/MG, 4 de agosto de 2025.

CONSELHO FISCAL
Euler Luiz de Oliveira Penido
Leowigildo Leal da Paixão Araújo
Milton de Castro Silva Junior.

MERCANTIL

Mercantil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento